Amor materno

SIMON SCHWARTZMAN

O novo governo federal tem sido elogiado pela competência, clareza e responsabilidade com que tem lidado com as questões macroeconômicas, e criticado pela confusão inicial na área das políticas sociais, especialmente em relação ao programa Fome Zero. A área da educação, até aqui, tem sido poupada: o ministro Cristovam Buarque tem falado em acabar com o analfabetismo, melhorar o vestibular, fortalecer as universidades, criar melhores escolas, dar mais apoio à educação média. Boa educação é como amor materno: alguém pode ser contra?

As intenções são as melhores possíveis, mas já está na hora de começar a discutir com mais profundidade essas propostas, tomando em conta o que sabemos sobre a situação e os problemas da educação brasileira. Será que essas são, realmente, as prioridades e será que as medidas propostas são realmente as melhores para a educação do País?

O Brasil gasta cerca de 5% do PIB em educação - próximo do Japão e da Itália, bem mais do que o Chile e a Argentina. O programa de campanha do PT falava em aumentar este total para 7%, o que nos colocaria no nível do Canadá e dos EUA. O Ministério da Educação parece que ainda está contando com esse aumento de gastos, ao insistir, por exemplo, na transformação do bem-sucedido Fundef, de financiamento da educação fundamental de oito anos, para um Fundeb ampliado, que incluiria desde o pré-escolar até o segundo grau, além de outras promessas de financiamentos e subsídios para todos os setores.

Tomara que o dinheiro venha. Mas sabemos, enquanto isso, que esses 5% são muito mal utilizados e discriminam fortemente contra os setores mais pobres da população. O Brasil gasta cerca de 15 vezes mais por estudante de nível superior do que com os da educação básica, enquanto outros países gastam, no máximo, duas ou três vezes mais. Os gastos são muitos, mas os desperdícios são enormes. No ensino fundamental, de 7 a 14 anos, existem aproximadamente 35 milhões de estudantes, para uma população de 25 milhões - 10 milhões de jovens a mais, retidos no sistema pela má qualidade da educação que recebem, levando a um desperdício de recursos de 30% a 40%.

Nas universidades públicas, não se sabe quando custa formar um médico, um economista ou administrador na UFRJ, UFMG ou na Universidade Federal de Rondônia. As universidades recebem para pagar a folha de ativos e aposentados que tenham, todos funcionários públicos estáveis e com a mesma escala de salários em todo o País, independentemente do que façam ou produzam. Com tanto desperdício, o governo gasta muito, mas os professores ganham pouco e os estudantes sofrem. Transformar o Fundef em Fundeb sem recursos adicionais significará diluir os investimentos em educação básica.

Não seria de esperar que o Ministério da Educação, em vez de alimentar expectativas irrealistas e pressionar o governo por mais gastos, trabalhasse para que o País utilize melhor os recursos de que dispõe?

Talvez não, porque esses temas são desagradáveis, afetam interesses e incomodam pessoas. Enquanto o dinheiro não vem, é melhor escolher temas como o amor materno, que sobre os quais não possa haver controvérsia: acabar com o analfabetismo, por exemplo, projeto que tem sido anunciado como a grande prioridade. Quem poderia ser contra?

O analfabetismo tem duas caras: o analfabetismo aberto, de jovens e adultos que não sabem ler e escrever, e o analfabetismo funcional, dos estudantes que

passam pelas escolas sem dominar a leitura e a escrita. Existem 15 milhões de analfabetos conforme a primeira definição, dos quais 10 milhões têm mais de 40 anos de idade. O analfabetismo aberto já vem sendo reduzido naturalmente pela expansão da educação. Entre os que têm 60 anos, a taxa de analfabetismo é de 25%; entre os que têm 40, é de 10%; entre os que têm 20, é de 4% (dados da Pnad 2001). Tudo o que se possa fazer para ensinar essas pessoas a ler e escrever é bom, mas a meta de acabar com esse tipo de analfabetismo por campanhas e pela mobilização da sociedade é totalmente ilusória: muitas dessas pessoas, em geral pobres e do interior, já viveram a maior parte de sua vida fora do mundo da leitura e da escrita e a experiência mostra que, mesmo quando aprendem alguma coisa nessas campanhas, costumam esquecer logo ou não utilizar o que aprendem.

A verdadeira prioridade não é o analfabetismo dos adultos, mas o analfabetismo funcional que ocorre e se reproduz dentro de nossas escolas, em todo o País, pela má qualidade do ensino público, que está relacionada com problemas que vão desde a forma como nosso sistema escolar está organizado até o conteúdo da formação, ou falta de formação, de nossos professores. A gravidade deste problema tem sido revelada pelo sistema de avaliação do ensino médio implantado pelo Inep, o Saeb, que todos esperam que tenha continuidade e seja cada vez mais utilizado para o diagnóstico de nossa educação.

Existe hoje, entre os especialistas, um consenso bastante forte a respeito do que deve ser feito para melhorar esta situação: dotar as escolas de diretores capazes e responsáveis pelos resultados de seus alunos, com autonomia na gestão de seus recursos humanos e financeiros; dar aos professores formação específica e apoio técnico e pedagógico para que possam atender aos alunos; envolver os pais e as comunidades no funcionamento das escolas; criar programas especiais de aceleração de aprendizagem; e cobrar resultados, por meio de avaliações e acompanhamento permanentes. O ministro tem falado sobre a necessidade de construir uma "escola ideal" (de novo, quem poderia ser contra?), mas nada foi dito ainda sobre o que pretende fazer para lidar com os problemas estruturais de nosso sistema educacional, que não serão resolvidos, simplesmente, com mais dinheiro para prédios, instalações e aumentos de salário para professores - sobretudo um dinheiro que não existe.

A impressão que fica é que, na educação básica, o Ministério da Educação desconhece ou está evitando enfrentar os problemas centrais do setor, estabelecendo prioridades equivocadas ou ilusórias, e não se valendo do grande acervo de conhecimentos e análises que já existem, e estão disponíveis, sobre o tema. Em relação ao ensino superior, a situação é ainda mais preocupante, como veremos adiante.

x

Simon Schwartzman, sociólogo, foi presidente do IBGE